

O Testemunho do Deus da Vida diante do Sistema de Morte

Pe. Dr. José Adriano

O cristão é chamado a ser testemunha da causa de Deus revelada em Jesus Cristo (At 1,8). Este testemunho exige ser oferecido com verdade e fidelidade; por isso é que o seguimento será o elemento básico no qual se fundamenta. O testemunho se dá sempre em diálogo com o mundo real, para o qual e diante do qual deve se mostrar a verdade da causa de Cristo que é a causa do Reino. Este testemunho encontra sua forma mais aprimorada no martírio, que é o testemunho que se oferece até as últimas conseqüências e como resposta a uma situação emergente. Será sempre mais urgente nos momentos de conflito, quando o dramático da situação coloca em jogo a verdade da qual se dá testemunho. Esse conflito faz com que o martírio tenha sido caracterizado como testemunho de fé em tempos de perseguição, sob tortura e diante do poder estabelecido. A fidelidade à causa até as últimas

conseqüências numa situação de conflito faz com que o mártir encontre o sofrimento, a perseguição, a tortura e até a morte. A perseguição e a morte da testemunha têm uma força de denúncia que desmascara o crime e põe à descoberto a injustiça institucionalizada. Por isso, supera a morte e traz vitória. Desta forma o martírio é o testemunho até as últimas conseqüências que se dá por fidelidade ao Evangelho e por causa da justiça. Ao mesmo tempo que denuncia a injustiça, interpela à Igreja na sua identidade e vocação. Acreditamos que a situação vivida hoje pelos povos da América Latina dentro do sistema neoliberal, caracteriza um quadro de martírio. A morte dos pobres e dos que assumem a sua causa é uma morte testemunhal, martirial, pela fidelidade à causa do Reino diante de uma situação de conflito, perseguição e morte causada pelo ídolo.

1.- O SISTEMA SACRIFICIAL IDOLÁTRICO.

As características idolátricas e sacrificiais do sistema neoliberal, se encontram no interior mesmo do sistema, no seu núcleo constitutivo. Por isso, veremos primeiro alguns desses elementos do sistema para depois tirar daí as suas características sacrificiais e idolátricas.

1. ALGUNS ELEMENTOS CHAVES PARA COMPREENDER O SISTEMA.

Estamos diante de um sistema que considera os mecanismos do mercado de uma maneira totalizante, como seu princípio determinante e exclusivo.

1.1. O SISTEMA DE MERCADO TOTAL.

Alude-se ao mercado como princípio articulador de todo um sistema econômico. *"Toda economia 'verdadeira' é entendida como economia de mercado, contraposta a outras formas de condução da economia — economias planificadas — nas quais não se 'respeitam' as regras 'naturais' da economia. De entrada, portanto, a linguagem predominante na ciência econômica tende a censurar e invalidar linguagens alternativas acerca da economia. Teorias econômicas não coerentes com o paradigma do interesse próprio e do*

*mercado são vistas como infração da lógica do pensamento e dos processos econômicos."*¹

Da afirmação de uma só economia válida passa-se a um só tipo de relações sociais válidas; as relações mercantis suplantam todas as relações sociais. Elabora-se uma ética individualista que não reconhece outros valores que os do mercado: a propriedade privada e o cumprimento dos contratos.

Fora deste mundo de contratos não há obrigações; o direito natural consiste no reconhecimento destes contratos como única base legítima da ética. Como resultado não existe mais nenhuma diferença entre justiça e relação mercantil. A justiça é isso: propriedade privada e cumprimento de contratos, aos quais ninguém deve se contrapor. A ética individual fica reduzida a um espaço privado, no qual o indivíduo pode dispor o que fazer com os resultados obtidos no mercado, mas sempre sem interferir com os princípios fundamentais da justiça. Ao privatizar a ética do comportamento diário, destrói-se qualquer relação direta com os outros homens, reduzindo-a a uma relação mediatizada pelo mercado. "Trata-se de uma ética sem piedade que exige uma inversão de todos os valores da vida concreta. Exige uma dureza de co-

ração nunca vista, que transforma qualquer relação humana numa relação abstrata entre objetos. Transforma o 'não dar' no princípio máximo da ética, a destruição do outro em imperativo categórico.

O sistema de mercado consegue impor-se quando consegue impor esta visão do homem como marionete dirigida pelo interesse próprio na competitividade do mercado, dispensado do esforço de pensar, sempre de novo, as possibilidades da liberdade. "A liberdade ficou dogmaticamente definida: as relações contratuais do mercado são a única liberdade possível".² Todo isto fica muito claro quando Hayek fala do que ele considera como a sua verdadeira descoberta no campo da economia: *"Tal descoberta significava que tínhamos que encarar o mercado como um mecanismo de orientação, o núcleo a permitir ao indivíduo adaptar-se à circunstâncias que ele não têm condições de conhecer, e aproveitar outras circunstâncias que ele também não conhece, e que transformam todo esse conjunto em uma única ordem de coisas."*³

1.2. REDEFINIÇÃO DO HOMEM: HOMO OECONOMICUS.

Como resultado deste processo encontramos com uma re-

definição do homem embutida na economia de mercado. Trata-se de um credo metafísico e que não transparece claramente no instrumental econômico, mas que está bem presente como pressuposto.

Com a descoberta da sociedade, a transformação da cultura, da organização social e o direcionamento da produção de riqueza aparecem como algo controlável pelo homem. "Aparecem as ideologias do progresso, possível e necessário. O entesourador de riquezas mortas torna-se um idiota obsoleto e começa a predominar o dinheiro 'que trabalha'. A burguesia emergente se apresenta como arauto de benefícios universais. O comerciante, vilipendiado no início como usurpador do que não lhe era devido, impõe um fim ao velho capítulo medieval do 'preço justo', e o jogo duro do comércio passa a ser visto como sociabilidade amigável e 'doce'."⁴

O paradigma articulador do pensamento econômico originou-se nesse contexto histórico. À base encontra-se a "descoberta" apresentada por Bernard Mandeville na sua "fábula das abelhas", cujo título original já nos mostra o caminho a percorrer: *"A colméia murmurante ou os velhacos que se tor-*

1. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: *A Idolatria do Mercado* - Ensaio sobre Economia e Teologia, Col. Teologia e Libertação, Série V: Desafios da Vida na Sociedade, Tomo V, Vozes, São Paulo 1989, p.212

2. Ibidem, 234

3. "Hayek na UnB" (Univ. de Brasília). Brasília, Ed. UnB, 1981, p.38. Citado por: Assmann, H. - Hinkelammert, F.: *A Idolatria do Mercado*, Op. cit., p.240

4. Assmann, H. - Hinkelammert, Op. cit., pp. 142-143

naram honestos".⁵ De acordo com esta descoberta, os vícios privados podem ser benefícios públicos, só se precisa de um bom administrador que saiba como manipular os vícios de todos. Precisa-se abandonar as vãs utopias sociais; não são as virtudes que fundamentam a ordem social, mas o que chamamos mal é o grande princípio que nos torna criaturas sociais.

Em um segundo passo, esse administrador, capaz de administrar os vícios privados para o benefício público, vai ser embutido na racionalidade econômica, que será atribuída ao *homo oeconomicus* ou consumidor; no fundo, é atribuída ao mecanismo de competitividade. Aparece, então, o grande princípio que afirma que "o interesse governa o mundo" e se origina o paradigma econômico centrado no interesse próprio. Adam Smith inseriu o interesse próprio no código genético do paradigma econômico burguês.

"Qualquer pessoa que ofereça a outrem uma barganha de qualquer tipo, propõe o seguinte: 'Dê-me o que eu quero, e você terá o que quer'; eis o significado de cada oferta como esta. E é desta forma que obtemos uns dos outros a

maior parte dos bons ofícios de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do fabricante de cerveja ou do padeiro que esperamos nosso alimento, mas de sua preocupação com seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, senão de suas vantagens. Só um mendigo opta por depender basicamente da benevolência de seus semelhantes."

"O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se tolera que seja exercido com liberdade e segurança, é princípio tão poderoso que sozinho, e sem qualquer assistência, é não somente capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, quanto de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a loucura das leis humanas freqüentemente sobrecarrega suas operações."⁶

A criatividade competitiva se transforma no único caminho viável para o amor ao próximo. A dura luta de pessoas capazes e impulsionadas pela coragem criativa, sob o acicate da relação competitiva, conduz às mais ricas manifestações do amor fraterno. Portanto, a criatividade competitiva

é o único caminho realista para a fraternidade.

"Dennis Robertson, um soberbo economista inglês, costumava dizer aos seus alunos que a principal tarefa dos economistas era minimizar o uso do mais escasso de todos os recursos: o amor ao próximo. O prof. Robertson insistia com seus alunos para que desconfiassem de todas as propostas que revelavam, certas formas de altruísmo ingênuo, o qual realiza sempre o oposto de suas boas intenções."

1.3. NOVO ENFOQUE DA ECONOMIA

O pensamento econômico começou com Adam Smith, Malthus e Ricardo, a partir do enfoque sobre a reprodução dos fatores de produção; o que levou à "teoria do salário baseada na subsistência de que o operário necessita e, portanto, independente da escassez relativa do mercado."⁷ Afirma-se que para haver produção contínua, a maquinaria gasta deve ser constantemente substituída, e portanto, reproduzida. Todas as possíveis alternativas na economia estão subordinadas a este quadro objetivo. Esta manutenção e reprodução da força de trabalho e do aparelho produtivo aparece como instância última ou limite

objetivo de todas as decisões políticas e econômicas. A economia política de Marx parte desse princípio, embora concentre o problema da reprodução dos fatores de produção na reprodução de um só fator: o homem. Desta forma a reprodução material da vida humana concreta se transforma na última instância de todas as decisões econômicas e políticas. A reprodução dos outros fatores seria uma consequência da reprodução material da vida humana.

A escola neoclássica faz uma transformação radical, colocando no centro um elemento praticamente ausente da economia política: a alocação ótima dos recursos econômicos. Com isso desaparece todo o enfoque anterior da produção. O econômico não visa à manutenção e reprodução da vida humana, mas a satisfazer com recursos escassos os fins mostrados pelos gostos dos consumidores. Aparece assim um plano de fins, que é extra-econômico e que não tem a ver com as condições necessárias para a vida, mas que é expresso pela demanda derivada das preferências dos consumidores no uso de sua renda. Trata-se de um conceito do econômico no qual não cabe a afirmação de uma instância última de decisões.

5. Trad. port., como apêndice em: Bianchi, Ana Maria: *A pré-história da economia*, Hucitec, SP, 1988.

6. Smith, Adam: *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Trad. port. apud Bianchi, Ana Maria: Op. cit. p.125. Citado por: Assmann, H. - Hinkelammert, F.: *A Idolatria do Mercado*, Op. cit., p. 154

7. Delfim Neto, A.: *O Amor ao Próximo*, in: Folha de São Paulo, 27/jan/1988. Citado por: Assmann, H. - Hinkelammert, F.: Op. cit., p.163

8. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: Op. cit., p. 88

*"Satisfazer nossas apetências no grau máximo, com o mínimo esforço — proporcionar a maior quantidade do que é desejável a expensas do mínimo do que é indesejável — em outras palavras, maximizar o prazer, este é o problema da economia".*⁹ Nasceram daí todos os mitos acerca da soberania do consumidor, o *homo oeconomicus*, entendido como ser de puras preferências, que já não tem necessidades vitais; quer dizer, elas não são tomadas em consideração na economia. O que contam são as preferências do consumidor. Nesta visão da economia se separaram as variáveis econômicas das variáveis sociais e não se estabelecem prioridades a partir das necessidades reais da vida humana das maiorias empobrecidas. O critério é o prazer consumista dos que têm o capital.

Para isso, foi necessária a ruptura total com a teoria do valor-trabalho. Agora já não é o trabalho que produz as mercadorias, é o capital que "trabalha". Passa-se a sustentar o primado do capital sobre o trabalho. Nesta nova teoria do valor, reduzida a uma teoria da formação dos preços no mercado, este depende inteiramente das preferências de um sujeito de puros desejos prazerosos. O trabalho, uma vez que foi executado, é completamen-

te esquecido, não tendo nenhuma influência no valor da mercadoria. Conseqüentemente, anula-se também qualquer consideração ao respeito do trabalhador. O trabalhador só vale enquanto é necessário para produzir e pago para que possa tornar-se consumidor voltando a trabalhar e produzir, embora o seu trabalho perca de novo o valor.

Com a teoria do ótimo aproveitamento dos recursos, o critério dos lucros se converte no critério formal de decisão, e acaba constituindo o ponto de partida de todo o sistema de coordenação das relações de produção e da divisão social do trabalho. Desta forma, identifica-se crescimento econômico com maximização dos lucros e com a exigência do mercado total. Por isso, o sistema capitalista não pode realizar metas como o pleno emprego ou uma distribuição de renda que permita a satisfação das necessidades básicas. Pode falar de tais metas mas não pode realizá-las. Isto seria colocar metas econômicas e exigiria um planejamento econômico a partir de critérios sociais, o qual é inadmissível na teoria do mercado.

1.4. O AUTOMATISMO DO MERCADO

Este tema constitui um dos dogmas centrais do sistema. O merca-

do é levado à categoria de lei natural ou ainda de Providência divina. Trabalha-se com modelos de apreensão da realidade, onde o que é histórico é considerado como "natureza", com leis não infringíveis. Essa "naturalização" da história, dissimulada em cientificidade não-valorativa e neutra, opera de fato com valores absolutos que se pressupõem como já apriacionados no real. Os valores concretos que correspondem a interesses concretos são transformados em valores absolutos.

A isto correspondem a figura da "Mão invisível" de Smith, e a afirmação da misteriosa sabedoria do mercado que conduz o interesse próprio para o bem-estar comum. O homem deve reconhecer essa sabedoria e deixar-se conduzir por ela. Para Hayek, todos aqueles que não confiam humildemente nessa capacidade do mercado de gerar os maiores benefícios são os construtivistas. Eles constroem projetos sociais que não podem conseguir o que as leis do mercado conseguem.

Tudo mudou. Já não se deve corrigir o mercado em nome da realidade e da satisfação das necessidades elementais da vida, mas agora a realidade deve se adaptar às necessidades do mercado. O mercado é um mecanismo perfeito, o que está faltando é impô-lo em

termos totais. A realidade de pobreza, desemprego, subdesenvolvimento, destruição do meio ambiente é explicada pela não aplicação total do mercado, ou como "efeitos não intencionais", "externalidades", que serão corrigidas no futuro pelas leis do mercado. A realidade não é consertada pela solução concreta desses problemas mas pela extensão dos mecanismos do mercado. *"Na ideologia do mercado o apelo para que haja mais mercado se transforma na promessa vazia da solução dos problemas da pobreza, do desemprego e da destruição do meio ambiente. Aos problemas concretos que aparecem é dada uma só resposta que se repete monotona-mente: mais mercado."*¹⁰

Aparece, então, o neoliberalismo antiestatal que corresponde a esta nova visão do sistema mundial. Se se quer estabilizar a sociedade burguesa, é necessário renunciar a qualquer política sistemática de reformas sociais. O neoliberalismo resultante é antireformista e antintervencionista enquanto ao Estado e sua relação com o mercado. O Estado adquire a única função de derrotar e eliminar aqueles movimentos sociais que o querem utilizar para fins reformistas. O Estado, portanto, têm sua única legitimidade na destruição das forças sociais que se opõem ao

9. Jevons, W.S.: "The Theory of political Economy", Harmondworth, Penguin Books, 1970, p.101. citado por: Assmann, H. - Hinkelammert, F.: *A Idolatria do mercado*, Op. cit., p.159

10. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: Op. cit., p. 265

mercado. É um Estado militante do mercado, empenhado na destruição do Estado para que o mercado possa ser o meio de socialização exclusivo de toda a sociedade. Rapidamente se transforma num Estado terrorista e totalitário montado em cima do mercado total.

1.5. CIENTIFICISMO ECONÔMICO DO MERCADO

Tudo isto é fundamentado em um pretense caráter científico das decisões econômicas. Ocultam-se os pressupostos, esquecem-se as condições reais da vida, negam-se as questões sociais, porque são questões que não se podem expressar em variáveis estritamente econômicas; são questões externas ao objeto da sua ciência; portanto, não tem por que preocupar o economista. Nenhum problema da vida real deve ser considerado pressuposto interno da teoria econômica, já que é algo que está excluído "metodologicamente" do seu objeto, circunscrito a variáveis econômicas e nada mais. É assim que as mais exóticas teorias conseguem blindar-se contra qualquer cobrança, em relação aos problemas reais.

É o jogo fantástico de declarar-se neutro, instalado numa ciência não valorativa, quando de fato se está pressupondo a validade das regras do jogo existentes, e assumindo os valores implicados nelas. Chegamos ao nível dos pressupostos ocultados mas efetivamente assumidos. Os economistas decla-

ram-se descompromissados em relação a pressupostos valorativos, porque pressupõem que as regras do jogo existentes são autovalidantes e, por isso, não precisam mais ser postas em tela de juízo.

Na verdade, a economia é, entre as ciências sociais, a mais normativa e mais claramente dependente de valores; só que esses valores raras vezes são explicitamente incluídos no pensamento econômico contemporâneo. Medianamente o uso de uma elaborada linguagem técnica, convertem opções sociais e morais em opções pseudotécnicas, e, desse modo, ocultam conflitos de valores que só podem ser resolvidos politicamente. Existe um conjunto de pré-decisões acerca do sentido da vida humana, que se encontram embutidas nas teorias e práticas da economia. Encontramo-nos diante de um sistema ético, de valores, de pré-decisões que se esconde por trás de uma linguagem científica.

1.6. AS PROMESSAS MESSIÂNICAS DO SISTEMA DE MERCADO

Todo este mecanismo encontra forte apoio na promessa central do sistema: O mercado nos levará ao bem-estar geral. Neste sentido, o sistema de mercado total adquire um caráter messiânico e utópico. Na medida em que se deixar atuar livremente ao mercado, o mundo será melhor. Este caráter messiânico justifica e legitima a morte real que se produz na maioria da população.

Isto legitima também a destruição de todos os inimigos do sistema. Devem ser destruídos em nome do bem comum, do futuro que se encontra presente no mercado. Introduce nas lutas sociais um princípio transcendente de polarização, segundo o qual, a destruição de um pólo, o das reformas sociais, é a realização do outro, a harmonia paradisíaca dos mercados. O mercado é visto como o caminho para o bem absoluto da humanidade, sua utopia fulminante, que se realiza pela destruição e eliminação de todas as resistências contrárias a ele.

Chegamos, assim, a esse extremo artifício que é a plena submissão do ser humano, como força de trabalho, aos mecanismos supostamente naturais do mercado. Por um lado, o empobrecimento brutal de verdadeiras massas humanas; por outro a ficção das pretensas "leis naturais" do sistema de mercado, que impede vislumbrar uma priorização efetiva de metas sociais. A sociedade real fica ocultada atrás do mercado-ficção, cuja pretensa auto-regulação oculta poderes reais que se tornam invisíveis.

2.- SISTEMA GERADOR DE MORTE.

Nestes elementos, característicos do sistema, encontra-se embutido o seu caráter sacrificial: é um sistema gerador de morte não de modo acidental mas essencial. É só tirar as conseqüências do que já foi afirmado.

2.1. A VIDA COMO VALOR MARGINAL.

Para o sistema, os custos sociais são as "variáveis externas", as "externalidades" que não devem ser levadas em conta porque viciariam o rigor "científico" do modelo. Para a vida humana concreta e real sobra apenas o "valor marginal".

Desde o momento no qual os neoclássicos inventaram a estranha ficção do *homo oeconomicus*, este ser etéreo e abstrato que já não têm necessidades mas apenas gostos e preferências, se apagou todo limite mínimo nas necessidades do ser humano. Desapareceram problemas sobre a fome real, a morte real e todas as necessidades reais. Elas já não podem ser conhecidas e determinadas, porque esses economistas só conhecem seres-com-desejos. O pensamento econômico neoliberal desloca e extrojeta a produção da vida humana real e concreta do eixo articulador de seus critérios. Isto redundando numa lógica oposta à afirmação dessa vida. O capitalismo se converte em uma teoria e prática necrófila e de antívida, que só reconhece um ser humano abstrato.

As conseqüências desta postura aparecem claramente nos grandes problemas da extrema miséria, da impossibilidade do pagamento da dívida externa, do desemprego dramático, da progressiva destruição do meio ambiente e do malbaratamento das matérias pri-

mas. Todos estes problemas são resultado dos princípios dos quais se parte no sistema de mercado, o qual é excludente e redutivo.

*"A crescente interdependência econômica e a emergência de um 'mercado mundial' parecem se concentrar no interior dos grandes blocos econômicos: Comunidade Econômica Européia (CEE), Sudeste Asiático, Mercado Comum Norte-americano. Para os países do terceiro mundo, o dilema aparente já não é formulado nos velhos termos de autonomia ou dependência, mas de 'inclusão' ou 'exclusão', pelos quais os países excluídos ficarão à margem do comércio internacional e do progresso econômico."*¹¹

Desta forma, como consequência do sistema, a grande maioria da população está condenada à morte, porque sua vida é considerada como valor marginal dentro do sistema econômico. Por não poder participar ativamente do mercado é como se não existissem. O sistema, a partir da maximização dos lucros de uns poucos não pode gerar emprego para todos, nem distribuir a renda entre todos. O mercado coloca no centro da ética o próprio interesse dos proprietários que, afirma-se,

naturalmente levará ao bem-estar de todos.

*"Uma sociedade livre requer certas morais que, em última instância, se reduzem à manutenção das vidas: não à manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas normas morais são as que levam ao 'cálculo de vidas': a propriedade e o contrato."*¹²

2.2. A UTOPIA ANTIUTÓPICA.

A outra forma como o sistema gera a morte dos pobres é através de sua postura antiutópica. Não existem mais possibilidades para buscar a transformação dessa situação através de outras alternativas. Para salvar o capitalismo, sacrifica-se o humanismo liberal anterior e transforma-se o capitalismo num regime declarado de destruição humana em nome do capital e do mercado.

O horizonte utópico que faz com que os homens avancem na organização de sua esperança, foi vilmente aprisionado na sacralização dos projetos presentes do mercado. Acusando de utópicos, orgulhosos destruidores da natureza, aos que procuram uma alter-

nativa frente ao sistema, se realiza a sacralização do "status quo" em nome de posturas antiutópicas. Cria-se, então, outra utopia ainda mais radical, visto que é a utopia do presente. A postura antiutópica do sistema não passa de uma utopia invertida e do encarceramento das esperanças no já dado.

Assim, as tentativas de mudar o sistema se convertem em tentativas contra a natureza e contra o sagrado. Não se trata mais de um conflito entre trabalho e capital mas entre o mercado e os perturbadores, os utopistas, os caóticos, os subversivos. Desta maneira, o conflito é apresentado em forma de colocar os mesmos pobres e operários à parte do sistema. Procura-se transformar o desespero pela perda de condições de vida em agressão contra os movimentos que tentam uma transformação do sistema. O conflito pela falta de condições de vida não aparece mais como originado pelo sistema capitalista e sim, pelos movimentos utópicos.

A partir desta postura antiutópica e da promessa de resolver os problemas com mais mercado, a postura frente ao sistema muda; este não é mais a causa da situação e sim a solução. *"O que o trabalhador mais teme é perder o seu posto de trabalho. Para salvá-lo está disposto a solidarizar-se com a em-*

*presa na competição com outras empresas ou na conquista dos mercados. O trabalhador sai da luta de classes para entrar na luta de empresas. Com isso, o movimento dos trabalhadores fica esvaziado."*¹³

2.3. O ESTADO TOTALITÁRIO DO MERCADO TOTAL

Uma última forma na qual o sistema gera morte é através do Estado que se converte em um Estado legitimador e sustentador do mercado. Este Estado, aliado do sistema de mercado, têm a função de impedir qualquer ação contrária ao sistema. Deve garantir a permanência do sistema contra qualquer iniciativa reformista ou transformadora. É, portanto, um Estado militante do sistema que atua como um Estado opressor e repressor. É um Estado que está contra a vida sob pretexto de defender a vida.

3. DIMENSÃO TEOLÓGICA DO SISTEMA

Assim como a sacrificialidade do sistema se encontra em seus elementos essenciais, também a sua dimensão idolátrica está embutida nesse núcleo de elementos. É um sistema intrinsecamente idolátrico.

3.1. UMA RELIGIÃO INVERTIDA.

Através do paradigma do interesse próprio, o sistema econômico neoliberal realiza a proposta

11. Cuattromo, O.: "Da Dominação à Exclusão", in VV.AA.: *Vida, Clamor e Esperança - Reflexões para os 500 anos de evangelização a partir da América Latina*, Loyola, São Paulo, 1992, p.43

12. Hayek, F.A.: Entrevista a El Mercurio, 19/4/81, Santiago de Chile, citado por: Hinkelammert, F.: *Crítica à Razão Utópica*, Paulinas, São Paulo, 1988, p.39

13. Comblin, J.: "Sinais dos tempos no final do Século XX", Op. cit., p.35

de um novo evangelho acerca do amor ao próximo e, portanto, também a Deus. A concorrência do mercado aparece como a melhor forma da caridade cristã.

*"Enquanto as teologias cristãs dos últimos séculos dançavam circularmente ao redor desse núcleo efervescente, a religião econômica (isto é, o moderno pensamento burguês acerca da economia) o redefiniu, cabalmente. O pensamento econômico é, em última instância, uma tomada de posição teórica e prática, acerca das formas viáveis e dos caminhos possíveis para fazer o bem a seus semelhantes. Talvez seja esta a questão teológica mais grávida de implicações concretamente históricas, no que se refere ao entrelaçamento da economia com a teologia."*¹⁴

Quando os vícios privados dos donos do poder econômico foram declarados virtudes públicas, e os interesses dos donos da iniciativa privada foram declarados beneficências para todos, estava sendo criado o núcleo dogmático de uma nova ortodoxia. O não dar, a não solidariedade, a cobrança total, a não misericórdia aparecem como as virtudes fortes desta ética. De acordo com esta inversão dos valores dentro do sistema, os pobres são os invejosos e orgulhosos, enquanto que os ricos são os

humildes servidores do bem comum. Os que acumulam riqueza são os que estão gerando o bem-estar de todos e os que procuram a distribuição dessa riqueza estão gerando o caos. Os que defendem a vida real concreta das maiorias estão provocando morte, enquanto que os que negam as condições reais de vida estão gerando vida. A utopia se realiza destruindo as utopias. A repressão policial liberta, os gastos sociais escravizam.

Esta inversão dos valores chega a tal grau que, de acordo com a lógica do sistema, o Deus dos pobres, para poder sê-lo, só pode ser o Deus dos ricos, porque apoiar a busca do próprio interesse é a única maneira de ser providente e conseguir o bem comum. *"A rigor ninguém pode optar diretamente pelos pobres. A opção que se têm que fazer é pelo investidor, que cria emprego para os pobres"*.¹⁵

É a ética da ação febril e impiedosa nos mercados e passiva diante dos resultados desastrosos a que dá origem. É uma ética agressiva contra qualquer compaixão ou misericórdia. Uma ética de agressão contra qualquer tentativa de mudar o sentido destruidor desta máquina do mercado, deste automatismo mercantil. Esta ética vai contra qualquer sentimento de solidariedade humana, a qual é denunciada como

um crime. Interiorizada esta ética, ela reage em nome dos mais altos valores da humanidade contra o sentido de solidariedade.

*"Da ferocidade, da avareza e da ambição — os três vícios que levaram tantos homens à perdição — (a sociedade) faz a defesa nacional, o comércio e a política, e, assim, ela produz a força, a riqueza e a sabedoria das repúblicas; desses três vícios que seguramente acabariam por destruir o homem na terra, a sociedade faz surgir, desse modo, felicidade civil. Este princípio prova o existir da Divina Providência; por obra de suas leis inteligentes, as paixões dos homens inteiramente ocupados na busca de sua vantagem privada são transformadas em uma ordem civil que permite aos homens viver em sociedade humana"*¹⁶

3.2. AS PERVERSAS INFINITUDES

O sistema faz aparecer como infinito o que é finito de uma maneira perversa, já que este processo têm claras intenções de dominação. É o processo de fazer aparecer como "natural" o que é histórico, como divino o que é produto do sistema.

Quando se postula *"a necessidade de introduzir reformas no sis-*

*tema dominante, as respostas que nos chegam por parte de seus representantes mais poderosos, ou de seus ideólogos revelam que não querem se abrir à possibilidade de mudar para melhorar. Entendem o sistema como a expressão do 'melhor dos mundos possíveis'. As leis do mercado, a da relação entre a oferta e a demanda, assim como as relativas à fixação dos preços, são consideradas naturais, sagradas, intocáveis. Não chegam a advertir que tanto a oferta como a demanda podem ser manipuladas e que, portanto, não podem ser consideradas como leis naturais. O mesmo ocorre com a fixação dos preços, que muitas vezes é resultado da arbitrariedade, deixando de lado interesses sociais, e fazendo prevalecer os interesses privados. Portanto, o sistema pretende ser imutável, absoluto. Desta maneira, condena os pobres."*¹⁷

A lei do valor aparece como a única lei válida. Deste modo, substitui-se a lei natural. Esta lei natural identificada com a Lei do Valor só conhece a vida do capital no mercado, ao qual há que sacrificar toda vida humana em caso de necessidade. Esta imposição inflexível das leis é característica dos sistemas sacrificiais idolátri-

14. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: *A Idolatria do Mercado*, Op. cit., p.137

15. Campos, R.: *Guia para os perplexos*, Nórdica, Rio de Janeiro, 1988, p.171

16. Vico, Giambattista: *"Scienza Nuova"*, apud Hirschman, A.: *As Paixões e os interesses*, Paz e terra, Rio de Janeiro, 1979, citado por; Assmann, H. - Hinkelammert, F.: *A Idolatria do Mercado*, Op. cit., p.147

17. Santa Ana, J.: *"Os pobres e o novo sistema econômico mundial"*, in: VV.AA.: *Vida, Clamor e Esperança*, Op. cit., p.56

cos. "À (esta) religiosidade do povo, baseada no dom da vida, que promove o respeito à vida, especialmente entre os mais vulneráveis e ameaçados, a ênfase sacerdotal consiste em apresentar o imperativo de uma piedade de respeito à lei, da qual uma das ênfases primordiais é a pureza legal. O respeito às formas, ao invés do respeito à vida, chega a ser prioridade máxima. Quem não se ajusta ao conjunto das prescrições dominantes, transforma-se numa personalidade perigosa. É como um 'endemoniado'. É impuro, não é justo. Tem que 'reajustar-se'. Por outro lado, a religiosidade do dom se expressa sobretudo no acontecimento da festa. Aí se vive em liberdade. Em troca, a religiosidade do tributo enfatiza a dívida que deve ser paga. E para ela há de se cumprir com os sacrifícios exigidos. Estes são violentos, porque o sistema cultural (que é legal) também o é. Trata-se de uma violência contra a vida para salvar a ordem estabelecida (controlada ou pelo menos legitimada pelo corpo sacerdotal). Os sacrifícios são impostos para manter a pureza desta ordem."¹⁸ A ordem estabelecida é sacralizada. "O sistema sacrificia, mas não deve tentar mudar, pois é sagrado. O capitalismo

esconde algo, que corresponde ao seu ser mais íntimo: o mercado é um espaço encantado, porque é sagrado."¹⁹

Deus é transformado num criador da Lei do Valor e do mercado, que criou o mundo concreto circundante apenas como campo de aplicação de sua lei central: o dinheiro e o capital. O que a tradição liberal chama de natureza não tem nada a ver com o que é a natureza concreta. Por isso jamais pode ser amparada protegendo-se árvores e animais. Proteger árvores e animais é mais uma rebelião contra a natureza se chegar a limitar as leis econômicas do mercado. Embora todas as árvores sejam destruídas, a natureza está adequadamente protegida se esta destruição for realizada dentro dos limites da sociedade do mercado, visando à maximização dos lucros.

Cria-se, assim, um conjunto de infinitudes que são impostas em nome da lei e da ordem naturais. Aparecem o capital infinito, o mercado mundial, o capital internacional, tudo aquilo que forma parte do mercado aparece como eterno e infinito. "O poder criador da burguesia pretende impor-nos uma nova unilingua, um idioma ecumênico por cima de todas as diferenças, um código no qual todos se

entendam. É a universalidade, para começar, do próprio dinheiro como linguagem comum (com um deus ecumênico invocado nas lendas: 'Em Deus confiamos' do dólar, 'Deus esteja conosco' do florín, 'Deus seja louvado' do cruzeiro brasileiro, etc.), a universalidade do sistema monetário, e todas as pretendidas universalidades com que nos defrontamos nos assim chamados imperativos da racionalidade econômica. No mundo moderno começaram a funcionar da fato, como poderes que se pretendem universais, o ecumenismo da 'ciência' e o ecumenismo do mercado mundial. Nenhuma filosofia, arte, cultura, teologia ou religião chegou a tanto."²⁰

3.3. O FETICHISMO DO MERCADO

Ao longo de todo este processo, vai-se fazendo presente o fenômeno do fetichismo, que se encontra bem no centro do sistema idolátrico sacrificial. Por uma parte as coisas, as mercadorias, cobram vida, transformam-se em sujeitos; ao passo que as pessoas viram mercadorias, transformando-se em objetos.

A um certo momento, as bolsas "sobem", os mercados "reagem", as indústrias "brigam", as moedas "enfraquecem ou ficam fortes"; as mercadorias cobram vida e são elas que ditam as ordens que os

homens devem obedecer. A vida do homem depende cada vez mais da vida dos fetiches. Na visão neoliberal, o homem só é livre à medida que os preços são livres. Quando os preços ficam livres, afirma-se a liberdade do mercado e a liberdade e igualdade dos homens, mesmo que na prática só muito poucos tenham a liberdade real de desejar ou comprar.

Por outra parte, essas mercadorias e de maneira especial o capital, vão-se convertendo em deuses aos quais se deve servir, venerar e obedecer; e os quais controlam e decidem sobre a vida dos homens. "Por trás de todo ídolo aparece o espírito de dominação, uma maneira sutil de querer legitimar conquistas e opressões. Como escreveu um profeta: 'Quem formaria um deus ou fundiria uma imagem, senão para conseguir alguma vantagem?' (Is 44,10). Todo ídolo, produto de interesses humanos, passa por uma metamorfose: deixa de ser um artefato e passa a ser sacralizado socialmente. Seu caráter sagrado, como bem o advertiu Durkheim, não lhe é inerente, mas agregado por aqueles que escondem seu poder detrás do ídolo. Infelizmente, assim como existem aqueles que sacrificam, explicando que os sacrifícios são exigidos pelo ídolo, também existem outros, dispostos a se sacrificar e a se deixar

18. Santa Ana, J.: "Sacralizações e sacrifícios nas práticas humanas", in: Assmann, H.: René Girard com teólogos da libertação, Vozes, Petrópolis, 1991, p.143

19. Santa Ana, J.: "Os pobres e o novo sistema econômico mundial" Op. cit., p.56

20. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: A Idolatria do Mercado, Op. cit., p.50-51

sacrificar. A força religiosa do ídolo depende, em grande parte, da persuasão dos primeiros e do convencimento dos segundos."²¹

O capital é o deus escondido que consegue integrar à sua essência oculta todos os fatores de produção, transformando-se fantasmagoricamente no único Sujeito ao qual tudo se adjudica na produção, na circulação, no consumo, nas relações sociais. É o deus escondido que exige da parte de todos os que intervêm na realidade econômica uma atitude devocional em relação à sua onipotência.

4. A MORTE DOS POBRES COMO SACRIFÍCIO AOS ÍDOLOS

Desta maneira o mundo é polarizado entre deus e o diabo, entre o reino do bem e o reino do mal, entre a nova Jerusalém prometida pelo mercado e a besta promovida pelo reformismo, pelo intervencionismo e pela planificação econômica.²² Aparece o deus que é glorificado pela destruição de seus inimigos. Mas, ao revelar o diabo e a besta com as reformas econômicas e sociais, eles são identificados com a reivindicação dos pobres. Portanto, a honra desse deus é a destruição dos pobres, dos

movimentos populares e de toda reivindicação do direito à vida de todos. Aparece assim um deus que devora os pobres, um deus que não é mais do que a personificação transcendentalizada das leis do mercado, um deus que pede sacrifícios, não misericórdia. A divinização do mercado cria um deus dinheiro.

Esta relação com o deus-mercado é completamente sacrificial. A morte do inimigo deste deus é a vida do próprio Deus e daqueles que se relacionam com ele. Da morte nasce a vida; da destruição da resistência aos resultados destruidores do mercado e da morte dos que se lhe opõem, nasce o brilho utopista da harmonia preestabelecida do mercado. A morte dos pobres constitui-se, assim, como sacrifício aos ídolos da opressão.

II. O DEUS LIBERTADOR DA VIDA DOS POBRES.

*"Santo Padre, temos fome... sofremos miséria, falta-nos trabalho, estamos doentes. Com o coração roto pela dor, vemos que as nossas mulheres engendram na tuberculose, as nossas crianças morrem, os nossos filhos crescem fracos e sem futuro... Mas, a pesar de tudo isso, cremos no Deus da vida"*²³

1. O DEUS DA VIDA.

A glória de Deus é o homem vivo e a glória do homem é a vida de Deus. *"A isso, no entanto, deve-se acrescentar a trágica realidade do outro lado da moeda: vanitas Dei, moriens homo. O que permite avançar no conhecimento do verdadeiro Deus e no desmascaramento das falsas divindades é a correlação primigênea entre 'Deus' e 'vida'. Será verdadeiro o Deus em nome do qual gera-se vida — e, no processo de gerar vida, avançará o culto ao verdadeiro Deus. Inversamente, serão falsas as divindades em cujo nome gera-se morte — e, na medida em que se continuar gerando morte, se cairá cada vez mais na idolatria.*"²⁴

O Deus revelado se mostra como o Deus que vive (Sl 42,3), e nele está a fonte da vida (Sl 36,10); por isso, o ideal da existência é gozar longos anos na terra dos vivos (Sl 27,13). Ele é amigo da vida (Sb 11,26) e criou tudo para a existência (Sb 1, 12-14), não se compraz com a morte do homem (Ez 33,11). Deus propõe a seu povo caminhos de vida (Pr 2,19), e quem cumprir a sua lei achará a vida (Lv 18,5). Jesus Cristo, seu Filho, é o verbo da vida (Jo 1,1) que veio para que tivéssemos vida

e vida em abundância (Jo 10,10). Ele têm palavras de vida eterna (Jo 6,69), e pede que a vida seja salva e não destruída (Mc 3,4).

1.1. O DEUS DA VIDA E DAS CONDIÇÕES DA VIDA.

Se Deus é o Deus da vida, ele é o Deus da possibilidade humana concreta de viver. A promessa de vida de Deus concretiza-se nas possibilidades reais de vivê-la. Gn 2 justamente apresenta-nos um homem que cultiva e guarda sua roça, que cuida dos seus animais, que se encontra no convívio da família. O homem vive uma vida digna, quando "cada um se assentar debaixo da sua videira e debaixo da sua figueira" (Mq 4,4; 1Rs 4,25), quando as pessoas "edificarão casas e nelas habitarão, plantarão vinhas e comerão o seu fruto, não haverá mais crianças que vivam alguns dias apenas" (Is 65, 20-21). E vive destituído dos seus direitos, quando "os juízes vendem o justo por dinheiro e condenam o necessitado por causa de um par de sandálias" (Am 2,6), ou quando o rei "tomar o melhor das vossas lavouras" (1Sm 8,14).²⁵ Esta vai ser a diferença entre Deus e os ídolos. Enquanto estes "Têm boca, mas não falam; têm olhos, mas não vêem; têm ouvidos, mas

21. Santa Ana, J.: Op. cit., p.56-57

22. Em um discurso à juventude alemã em Hambach, Reagan se refere à sociedade de mercado total e agressiva como "cidade que brilha nas colinas", "luz eterna", "catedral da liberdade", "guia iluminador de sempre para a humanidade". E David Stockman, em seu livro *O triunfo da política*, chama de monstro e besta tudo o que não é mercado.

23. Victor e Isabel Chero em nome dos habitantes da Vila El Salvador, em Lima, no seu saludo a João paulo II. Citado por: Gutierrez, G.: *El Dios de la Vida*, Inst. Bartolomé de las Casas/ Cep, Lima, Perú, 1989. pp.13-14

24. Sobrino J.: *"O aparecimento do Deus da vida em Jesus de Nazaré"*, in: VV.AA.: *A luta dos deuses*, Paulinas, São Paulo, 1985, p. 95

25. Sobre este tema pode-se ver Schwantes, M.: *"Formou a Gente do Pó da Terra"*, in: VV.AA.: *Inculturação e Libertação*, Semana de Estudos Teológicos CNBB/CIMI, Paulinas, São Paulo 1986, pp. 41-57

não ouvem" (Sl 115), isto é, são cegos e surdos diante da vida concreta do povo; o Deus verdadeiro escuta e olha a sua situação (Ex 3,9-10). Por isso, "a invenção dos ídolos foi o começo da prostituição e a descoberta deles introduziu a corrupção da vida." (Sb 14, 12).

Na passagem das espigas arrancadas no sábado (Mc 2,23-28), "o que Jesus propõe é que não pode haver uma lei que proíba a satisfação das necessidades vitais. Tal lei não pode ser a mediação da vontade de um Deus da vida. Em caso de necessidade toda lei deve dar lugar a uma necessidade vital. Não se pode encobrir a fome em nome de Deus. O 'pão' e o 'alimento' constituem assim mediações primárias da realidade de Deus." É por isso que Jesus as deseja e as defende: comendo com publicanos (Mc 2,15-17) multiplicando os pães e dando de comer até ficar satisfeitos (Mc 6,30-44) mostrando que aquele que dá de comer ao faminto encontra o homem e o Filho do Homem (Mt 25,35-40). **"Para Jesus, portanto, a primeira mediação da realidade de Deus é a vida. Deus é o Deus da vida e se manifesta através da vida. Por isso é que se deve pedir pão e se pode arran-**

car espigas em um campo alheio para comer."²⁶

A vivência dessa afirmação da vida é uma experiência real da transcendência no interior da história. Ela só existe quando se efetiva realmente na história. **"Cristãmente, isso significa que é preciso humanizar as estruturas na direção do Reino de Deus, para que promovam a satisfação das necessidades primárias, a fundamental igualdade dos homens, a solidariedade entre eles e o poder compartilhado."**²⁷

2. A DIMENSÃO SOCIAL DA FÉ

Se Deus é o Deus da possibilidade humana de viver, ele é o Deus que toma a opção preferencial pelos pobres. "O ato de fé em Deus é, então, afirmar a opção preferencial pelos pobres e fazer, através dela, a vontade de Deus."²⁸

O fato de ser o Deus da vida cobra uma dimensão social dentro da história. Na situação social dos nossos países são eles, os pobres, os que tem ameaçada a possibilidade real de viver. Por isso, Deus "será o advogado dos humildes do povo, socorrerá as pessoas indigentes e reprimirá os opressores" (Sl 72,4).

26. As duas citações em: Sobrino J.: "O aparecimento do Deus da vida em Jesus de Nazaré", Op. cit., pp. 104-105

27. Sobrino, J.: *A ressurreição da verdadeira Igreja*, - Os pobres, lugar teológico da eclesiologia, Loyola, São Paulo, 1982, p.192

28. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: *A Idolatria do Mercado*, Op. cit., p. 436

A preocupação de Deus pelos pobres é tão forte que ele não somente assume a causa deles, mas se identifica com eles. Oprimir o pobre é ultrajar o seu criador, honrá-lo é ter piedade do indigente (Pr 14,31), os que permanecem surdos diante do clamor dos pobres não encontraram resposta aos seus próprios clamores (Pr 21,13), enquanto os que tem piedade dos pobres prosperam e tornam-se felizes (Pr 14,21). **"Sobretudo no antigo Testamento o contrário dos pobres não são simplesmente os ricos, mas os 'maus', os 'orgulhosos', os 'poderosos'. Estes exploram, enganam, devoram, oprimem, esmagam, roubam, perseguem, vendem como escravos, inclusive matam os pobres. A pobreza bíblica não é de modo algum uma situação de fato resultante de uma lei da natureza ou da vontade do Criador.(...) A pobreza não é a consequência de um fenômeno natural, mas o resultado da violência e da injustiça. Em Israel a pobreza é sentida como um escândalo intolerável porque Javé tinha dado a seu povo uma 'terra boa' (Dt 1,15.35; 3,25; 6,18) para que não houvesse pobres entre eles (Dt 8,7-10)."**²⁹

Se o sistema econômico apresenta o seu nível teológico, constituindo-se numa idolatria; a fé em Deus têm o seu nível social através

da opção pelos pobres. O laço que une estes dois níveis, social e teológico, é a vida humana real, nas suas possibilidades concretas. **"Deus reveste a figura do Go'el ou 'vingador de sangue' (Nm 35,19), cuja função é proteger o mais fraco e assegurar que se lhe respeitem os direitos. A transcendência de Deus (já se afirmou mais de uma vez), se mostra através da exigência de justiça. O que para alguns há de escandaloso nisso, são as consequências concretas derivadas desse enunciado de fé. Deus se mostra como que parcial diante da história. Por ser Deus soberanamente justo, é parcial. Para mostrar a sua justiça, parcializa-se em favor dos pobres que o mundo pretende ignorar."**³⁰

3.- A LIBERTAÇÃO DOS POBRES COMO PRÁTICA DE FÉ

Da realidade que se vive, descoberta como uma prática idolátrica sacrificial que se converteu num sistema totalizante e totalitário; e da fé no Deus revelado que se manifestou como o Deus da vida, da possibilidade humana da vida e que se torna histórico na opção pelos pobres, especialmente com a encarnação de seu filho, brota a exigência da libertação da vida concreta dos pobres como prática de fé.

29. Comblin, J.: *Os pobres como sujeito da história*, in *Ribla* nº 3, Vozes/Metodista/Sinodal, Petrópolis/São Paulo/São Leopoldo, 1989/1, p.38

30. Hetchegaray, H.: *A prática de Jesus*, Vozes, Petrópolis, 1991, p.15

Já nos profetas, esta exigência era clara e forte (Is 1,10-18; 58,1-10; Am 2,6-8; 4,1-3; Mq 3,1-4; 3,9-11), e se faz ainda mais forte com Jesus; para Ele o lugar privilegiado de aproximação a Deus é o homem e, mais concretamente, o empobrecido. *"Na pregação e ação de Jesus não existe lugar para dúvidas: chega-se a Deus ao se aproximar do homem. Jesus oferece um exemplo deste homem de modo que não fiquem dúvidas nem mal-entendidos. Exatamente aquele tipo de homens que, segundo a mentalidade religiosa judaica, estavam mais afastados de Deus e menos pareciam ter acesso a Ele, tornam-se o lugar privilegiado: o estrangeiro, o herege, o impuro cúltico, o pecador, o deserdado, o pobre, o orfão, a viúva, o inimigo, etc. Estes homens não são apenas o 'material passivo' para aproximar-se de Deus, exercendo a virtude para eles, mas são a autêntica mediação para a aproximação de Deus, como o exemplifica a parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) e a parábola do juízo final (Mt 25,31-46)."*³¹

Se a prática da justiça se tornou tão necessária, historicamente, e tão fundamental teologicamente, é porque a antívida, a repressão generalizada da vida se dá em níveis pri-

mários. *"Portanto, não se trata de exigir genericamente a justiça, porque em qualquer configuração histórica sempre haverá algum tipo de limitação e de opressão, mas exige-la naqueles níveis primários em que se origina a primariedade da consciência ética e da experiência de Deus."*³²

Defender a vida dos pobres é defender a verdade de Deus. A defesa dos pobres e a defesa do Deus verdadeiro se entrelaçam uma na outra. O problema social é problema teológico, e o problema teológico é um problema social. Libertação e Fé vão juntas. *"A opção pelos pobres significa, em última instância, uma opção por Deus, pois na causa do pobre joga-se a causa de Deus, porque a vida humana concreta e real é a mediação fundamental da presença e da revelação de Deus"*.³³

III. O CLAMOR PELA VIDA, A JUSTIÇA E A VERDADE

Do mais profundo da realidade do sistema que produz a morte de vidas humanas como sacrifício aos ídolos legitimados pela religião econômica, alça-se um clamor. É O clamor pela vida e pela justiça em favor dos pobres e o clamor pela verdade em favor de Deus.

*"Esse clamor é, em primeiro lugar, a realidade clamorosa de seres humanos com necessidades vitais não satisfeitas. Não se parecem, em nada, com o homo oeconomicus, esse raro ser fictício dos economistas, cujo atributo básico é não ter (por decreto) necessidades, senão apenas preferências de consumidor. O clamor do pobre ergue-se da negação de seu ser no plano do mínimo vital, e é a partir desse limite físico de sua apenas-vida, onde sofre sem renunciar ao gozo, que importa aprender a ouvir suas exigências de vida plena."*³⁴

Este clamor está nos exigindo uma dupla tarefa: a afirmação das condições reais, concretas, da vida humana; e a denuncia e desmascaramento dos ídolos e das suas promessas messiânicas.

O núcleo referencial das duas tarefas deve ser a produção social da vida humana real e concreta, como última instância e fonte de critérios de decisão no plano econômico e político. *"Dizer que a fome de meu próximo é, para ele, um problema material, porém é, para mim, um problema espiritual, é uma afirmação a ser levada a sério em seus dois extremos. Não vá alguém se deslumbrar por ter, finalmente, descoberto e aceito que problemas materiais contém desafios espirituais e que não há ver-*

*dadeira espiritualidade quando não se parte daí; porque, por mais que nos incite ao espiritual, o sofrimento alheio continua sendo material. E é no nível dessa materialidade do sofrimento (e do gozo) dos pobres que devemos ouvir seu clamor, em seu primeiro e mais profundo sentido, ainda que feito quase sempre de silêncio."*³⁵

Os sacrifícios aos ídolos destroem vidas concretas, por isso que não podemos distanciar-nos desse nível concreto corporal. É necessário partir da única certeza fundamental: a de que não há nenhuma forma abstrata de amor que possa substituir o sentido humano e cristão da luta em favor da vida humana real e concreta. No centro de toda discussão deve estar a afirmação da vida, começando com a afirmação da vida das vítimas de um sistema que não dá valor a suas vidas e não lhes permite viver. Assim o imperativo ético básico e fundamental é a vida humana.

"A situação latino-americana atual exige que se desenvolva uma ética libertadora da vida. Os imperativos básicos de uma ética da vida são: trabalho, pão, casa, educação, justiça e segurança. Os imperativos básicos de uma ética de morte são: carestia, fome, analfabetismo etc. O critério funda-

31. Sobrino, J.: *Cristologia a Partir da América Latina*, Vozes, Petrópolis, 1983, pp.217-218. Citado por; Ferraro, B.: *"Cristologia a partir da América Latina: Pressupostos"*, in REB, Vol. 48, fasc. 190, junho de 1988, p.286

32. Sobrino, J.: *A ressurreição da verdadeira Igreja*, Op. cit., p.174

33. Ferraro, B.: *Cristologia em tempos de ídolos e sacrifícios*, Paulinas, São Paulo, 1993, p.17

34. Assmann, H.: *Clamor dos Pobres e "Racionalidade" Econômica*, Col Temas de atualidade nº 5, Paulinas, São Paulo, 1990, p.10

35. *ibidem*, p. 15

mental para o discernimento ético é a vida humana do homem concreto real. Não se trata, numa primeira instância, de discernir entre o que é moral e o que é imoral, mas entre dois tipos de ética ou moral. Há uma ética da vida, da libertação e da esperança e há outra ética da morte, da opressão e do medo. Na ética da morte, o desemprego não é mau pois permite o aumento do lucro exigido pela liberdade do mercado. Na ética da vida, não ter nenhuma esperança é gravemente imoral; pelo contrário, na ética da opressão, a esperança é altamente subversiva. O homem concreto, especialmente o pobre, se impõe como critério de discernimento moral em sua vida humana material.³⁶

Por outra parte é necessário denunciar os deuses demasiado óbvios, desfazer a sua obviedade. É trazê-los à luz para que todos percebam a função que têm no sistema opressor. "Ser antiídolatra significa mostrar que os ídolos são violentos e cruéis. É de supor que isto interesse muito aos que são vítimas das violências e crueldades que se praticam em nome desses ídolos. Mas também é de supor que isto não interesse, de jeito nenhum, aos que são protegidos dos ídolos, àqueles que os criaram à sua imagem e seme-

lhança, e por isso precisam tanto deles. Os ídolatras se sentem ameaçados em seu poder quando se denunciam seus ídolos. Por isso, contra-atacam. Chegam até a dizer que aqueles que combatem seus ídolos não passam de perigosos ateus. Claro que são 'ateus', mas 'ateus' em relação a esses ídolos, e nada mais. Isto até é condição necessária para poder ter fé no Deus cristão, que se define como aliado irrestrito de todos os oprimidos. Note-se bem: hoje existe muita idolatria militante. São os ídolatras que perseguem violentamente os que crêem num Deus libertador."³⁷

É necessário fazer ver, a partir da vida humana concreta, a falsidade das promessas messiânicas do mercado; a sua impossibilidade de produzir vida para todos; a manipulação que se esconde por trás do pretensão automatismo do mercado para favorecer os interesses e os lucros de uns poucos; o sacrifício de vida que exige para o prazer dos consumidores. Este desmascaramento da falsidade das promessas messiânica do mercado tem que ser também a negação do seu caráter único e totalizante. O sistema de mercado não é a única alternativa como ele afirma ser. A alteridade tem que ser afirmada com toda a sua força.

Tem que se mostrar "também que o mercado não pode ser visto como totalidade, pois exclui, marginaliza e mata os pobres. O mercado neoliberal, que se quer como total, considera-os como lixo, como sobra ou mesmo como mortos.³⁸

A partir destes dois clamores chega-se a experiência do Deus vivo na luta pela vida, isto é, pela libertação do homem oprimido concreto. O Deus transcendente se nos revela no mistério do pobre e em sua história de libertação. Por isso a solidariedade aparece como serviço aos necessitados e fidelidade a Deus.³⁹

IV. O MARTÍRIO COMO RESPOSTA.

Desta forma, configura-se o martírio como testemunho do Deus da vida diante de um sistema de morte sacralizada. A realidade latino-americana que se encontra dentro desse sistema que leva o homem a ser menos-homem como consequência da injustiça estrutural e da violência institucionalizada, está urgindo a transformação radical do marco estrutural dominante, fazendo com que novas estruturas humanizadas estejam a serviço do homem e de todos os homens; e que, portan-

to, permitem a participação de todos para que a injustiça seja combatida e a justiça, restaurada.⁴⁰

O serviço da Igreja à promoção humana deve considerar sempre o homem como criatura, filho do Deus da vida, e salvo por Jesus Cristo; homem situado numa realidade concreta e que precisa recuperar a sua dignidade perdida, fortalecer a sua consciência de povo, de povo marginalizado, para exigir os seus direitos, para exercer as suas responsabilidades e, finalmente, para organizar-se. Por isso, "com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora do desenvolvimento, exatamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos' (RM 59), 'mantendo sempre firme a prioridade das realidades transcendentais e espirituais, premissas da salvação escatológica' (RMI 20). Assim procedendo, a Igreja oferece sua participação específica à promoção humana, dever de todos."⁴¹

O âmbito do empenho pela vida como trabalho de transformação do mundo, se converte, então, no lugar de testemunho de todos e cada

36. Richard, P.: *A Força Espiritual da Igreja dos Pobres*, Vozes, Petrópolis, 1989, p.94

37. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: Op. cit., pp. 83-84

38. Ferraro, B.: Op. cit., p.91

39. CELAM: *Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã*, IV Conferencia del Episcopado Latino-Americano (Santo Domingo), Paulinas, São Paulo, 1992, N° 159

40. Cf. CELAM: Op. cit., N° 157

41. Idem, N° 157

um dos membros da Igreja, já que é no amor aos mais pequenos que o seguidor de Cristo poderá pôr em prática a sua fé (Mt 25,1s). Daí que a promoção humana seja a dimensão privilegiada da Nova Evangelização. O Documento de Santo Domingo, fazendo uma releitura de Jesus como o bom samaritano que encarna a caridade e não só se comove, mas se transforma em ajuda eficaz, permite-nos perceber a realidade do continente como esse campo privilegiado para o testemunho cristão, para ser testemunhas de Jesus Cristo que veio para que todos tenham vida em abundância.⁴²

A situação atual nos apresenta novos desafios para o testemunho cristão que devem ser assumidos corajosamente pelos seguidores de Jesus Cristo. Desafios que aparecem na violação aos direitos humanos e no desprezo pela vida, nas violações dos direitos das crianças, da mulher, dos camponeses e das etnias; no narcotráfico e no narcoterrorismo⁴³; na crise ecológica e na deterioração do ecossistema⁴⁴; na concentração da terra em poucas mãos, na falta de tec-

nologia agrícola e na ausência de uma reforma agrária que nunca chegou, na especulação do solo urbano que leva a milhares de famílias a não terem moradia digna⁴⁵. Os mesmos desafios se apresentam na situação desumanizadora do mundo do trabalho com altos índices de desemprego, baixos salários e desrespeito aos direitos do trabalhador⁴⁶; e no que diz respeito à instrumentalização e marginalização da mulher⁴⁷.

O testemunho autêntico do cristão tem que chegar ao coração mesmo da situação de empobrecimento acelerado e injusto que sofre o povo latino-americano e "descobrir nos rostros sofredores dos pobres o rosto do Senhor (Mt 25, 31-46), como algo que desafia todos os cristãos"⁴⁸. A deterioração das democracias, o distanciamento das lideranças das reais necessidades da comunidade, a gestação de uma nova ordem econômica mundial planejada desde os grandes centros de poder que, junto com a grande dívida externa, só leva a uma maior dependência e a um empobrecimento cada maior⁴⁹, estão urgindo esse testemunho em

defesa da vida humana concreta; o testemunho do amor-eficaz como seguidores de Jesus.

1. ALGUMAS FORMAS DE TESTEMUNHO HOJE

A seguir, tentaremos dizer uma palavra sobre algumas situações que estão urgindo o testemunho da Igreja e sobre a forma como os cristãos estão tentando dar uma resposta. Não são todas, nem as únicas, mas são uma resposta testemunhal.

1.1. A TERRA

Os colonizadores, ao chegarem no Continente Americano, irão garantir para si a posse da terra. Com este objetivo, os reis de Portugal e Espanha estabeleceram sistemas de capitânicas hereditárias e outros semelhantes⁵⁰. Através de doações de Sesmarias, os amigos do rei têm terras asseguradas, como também a partir de cultivo de glebas "sem dono" (terras dos índios) seguidas de registros. Modificações irão ocorrer somente muito mais tarde (1850) com diversas leis através das quais adquire-se terra por herança, doações ou compras (leilões públicos). Isto, sem dúvida, só é possível pela classe de poder aquisitivo bem elevado.

Do mesmo modo, diversas leis e estatutos ao longo do tempo⁵¹ assim como propostas provindas dos governos mais recentes, mesmo afirmando que "a terra é de todos" e planejando a distribuição das terras devolutas nas áreas superpovoadas e de alta tensão social e a desapropriação de latifúndios improdutivos, na realidade beneficiam, em geral, os grandes fazendeiros, as grandes empresas com seus projetos agropecuários e de monocultura para exportação e as multinacionais em geral⁵². Enquanto que os pequenos agricultores e demais pobres camponeses, cada vez mais, foram obrigados a vender ou deixar suas propriedades, devido ao avanço do capitalismo agrário, emigrando para os grandes centros à procura de dias melhores, tornando-se, em boa parte, sem teto, bóias-frias, posseiros, ou sem terra. O direito a possuir terra se tornou, na América Latina, fonte de privilégio para alguns poucos e de marginalização para uma grande maioria.

A busca da terra pelos camponeses tem provocado inúmeros e fortes testemunhos, por parte dos cristãos. Este testemunho afirma a convicção de que a terra é dom de Deus, de que o direito a ela é

42. Idem, Nº 159

43. Idem, Nº 167

44. Idem, Nº 169-170

45. Idem, Nº 171-171

46. Idem, Nº 182-184

47. Idem, Nº 9, 107, 109, 110, 178

48. Idem, Nº 167, 178

49. Idem, Nº 192-199

50. Cf. Rodrigues León, M.A.: "A Invasão e a Evangelização na A.L. (Sec. XVI)", in: Suees, P. (Org.): *História Liberationis* - 500 anos de História da Igreja na A.L., São Paulo, 1992, p.82

51. Veja-se por exemplo aqui no Brasil o "Estatuto da terra" de 1964 ou o "Plano Nacional da Reforma Agrária" estabelecido pela Nova República.

52. Entre outros destacou-se, no Brasil, o Projeto JICA, Pró-alcool, Projeto Carajás

o próprio direito à vida, que ela não é mercadoria, mas chão de alimento, trabalho, descanso e moradia.

O que fundamenta este testemunho é a experiência da luta da humanidade, especialmente do Povo de Israel, pela terra prometida. A libertação dos hebreus do Egito está relacionada com a posse da terra (Ex 3,8) que é dom de Deus (Dt 8,17-18). A terra de Canaã é prometida a Abraão e sua descendência (Gn 12,7). A consciência de que "foi o Senhor que nos deu esta terra" provocou, não só o culto a Deus celebrado em Siquém (Js 24) tendo como conteúdo a organização das tribos de Israel numa federação, formando a aliança entre as tribos e Deus, o qual lhe garantia a posse da terra de Canaã (Dt 9,6; 2,4-9), como também levou à organização frente as ameaças contra a descentralização e a repartição das terras entre todos (Nm 26,53-56). Reagiram, através dos profetas, contra os tributos elevados pelo Estado (1Rs 4-5), contra os trabalhos forçados (1Rs 9, 15-25), contra a expulsão dos pequenos da terra (1Sm 8, 14-15), as tendências em favor do latifúndio (Mq 2,1-2; Am 5,11; Js 5,8-10). Entenderam que a perda da terra foi devida à sua profanação como dom de Deus (Jr 2,7). A reconciliação com Deus e a volta à terra prometida se darão no entendimento que revela o Senhor como o Deus do Uni-

verso, dono de todo o mundo, da história dos povos (Is 65, 16-25; Am 9,13-15). Frente às dominações estrangeiras, os Macabeus lutaram na tentativa de conquistar a autonomia jurídica, cultural e religiosa.

Esta fé em Deus que leva à experiência de luta pela terra, encontra o seu centro em Jesus de Nazaré. Ele nasce num ambiente de dominação romana, onde os hebreus não tem mais controle da terra. O Messias anuncia o Reino de Deus trazendo a retomada da imagem da terra prometida: "Bem aventurados os mansos porque receberão a terra (Mt 5,5). Ele torna realidade a Nova Aliança, na qual o ser humano é incorporado à família de Deus e chamado a viver na fraternidade libertadora com todos, especialmente com os pobres e com a natureza (Rm 8,9-22). Esse Reino de Deus é gratuito para todos como resposta à realização da vontade de Deus (Mt 7,21; 11,12). Reino esse que está presente no meio dos homens e mulheres (Lc 17,21) sendo esperança constante (Lc 11,2) de um mundo de justiça, amor e paz, opondo-se aos reinos do mundo. Compõe-se de uma dimensão profundamente espiritual, social e política. Transparece que o ponto central do Novo Testamento é a vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo; uma vitória sobre o poder mortífero dos romanos, garantida por Deus fonte de vida e salvação (1Cor 1,17-31; Lc 1,52-53).

A sociedade fraterna, iniciada por Jesus, da partilha dos bens foi continuada pela Igreja primitiva (At 2,42-47; 4,32-36). No mundo greco-romano, apesar das comunidades paulinas e joaninas nascerem e se desenvolverem num ambiente urbano, abriram-se horizontes para que o zelo pela terra tivesse dimensões do empenho em favor da justiça, de relações igualitárias entre judeus e gregos, escravos e livres, homens e mulheres (Ef 2,13-18; Gl 3,25-29). Essa Igreja Apostólica anuncia a fraternidade e condena a exploração dos pobres e humilhados (Tg 5,4-6; 1,9-11; 2,5-9). Assim, a terra é motivo de louvor, de esperança, de paz, de novo céu e nova terra, na caminhada de fé em favor da vida.⁵³

O testemunho na questão da terra na realidade latino-americana provém desde os tempos da conquista com os movimentos de resistência popular.⁵⁴ Nos últimos tempos a violência pela causa da terra tem aumentado muito, transformando setores da sociedade, como os indígenas, camponeses e

moradores das periferias das grandes cidades, em verdadeira experiência de martírio, acrescentando a esses, padres, religiosos e advogados. Percebe-se também a existência de testemunhas vivas marcadas pelas torturas sofridas, cicatrizes de prisões e a insegurança da ameaça de morte, espancamentos e sequestros. Como exemplo, podem-se ver as estatísticas sobre a questão da terra no Brasil, as quais são bastante assustadoras: de 1981 a 1992 tem acontecido 4,945 conflitos de terras no campo e 853 assassinatos.⁵⁵

Diante desta grave situação está presente o testemunho da Igreja através das CEBs e dos cristãos atuantes nos movimentos populares, como o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, Movimento das mulheres, dos favelados, dos negros, dos desempregados, das associações dos moradores, dos movimentos ecológicos e nos sindicatos dos trabalhadores rurais e outros. Também oferece-se este testemunho através de organismos como a CPT, o CIMI, a CDDH, a Comissão de Justiça e Paz, e outros.⁵⁶

53. Esta experiência de fé tem sido afirmada claramente pelo magistério latinoamericano. Medellín 1,3.c; Puebla 492; S.Domingo 171-177; CNBB: *Igreja e problemas da terra*, 1980; CNBB: *Solo urbano e ação pastoral*, 1982

54. Podem ser citados os Canudos, Contestados ou Movimentos dos Muckers e outros.

55. Fonte: CPT Nacional 1993

56. Para um maior conhecimento destes organismos ver: AA.VV.: *Conquistar a Terra, Reconstruir a vida* - Dez anos de caminhada, Petrópolis, 1985; CPT: *Conflitos no Campo Brasil/87*, Goiânia, 1988; ____: *Conflitos no campo Brasil/89*, Goiânia, 1989; ____: *Espinhoso Caminho para a liberdade*. - Conflitos no campo - 1990, São paulo, 1991; Secretariado Nacional: *Compromisso Eclesial e Político da Comissão Pastoral da Terra*, São Paulo, 1992

A fé num Deus Libertador propicia o surgimento de práticas novas de testemunho com soluções criativas em favor de que a terra possa alcançar o objetivo da criação, que esteja ao acesso de todos, em especial dos pobres e excluídos.

1.2. A MORADIA.

Em íntima relação à terra, a questão da moradia é um dos problemas sociais mais graves na América Latina e especialmente no Brasil. O clamor proveniente da angústia de milhões de pessoas que sofrem desta necessidade, desperta a Igreja para um compromisso humanitário e evangélico com aqueles que não têm casa, os sem-teto. Trata-se de assumir o compromisso de fazer da moradia a base da dignidade humana. É um sinal de solidariedade, de salvação e de libertação, a qual antecipará o Reino de Deus entre nós. É expressão do amor preferencial pelos pobres.⁵⁷

O problema da moradia na cidade está ligado à situação dramática do campo, onde os trabalhadores continuam sendo desapropriados de suas terras e "empurrados" para as periferias das grandes cidades, em busca de condições de sobrevivência, por uma política agrícola que leva à concentração de terra.

As correntes migratórias se dirigem para as cidades mais próximas ou para os grandes centros urbanos. No Brasil, de 1960 a 1970, 900 municípios tiveram a sua população diminuída; de 1980 a 1990, 1.500 municípios viram seus habitantes saírem. Hoje, 77,5% dos brasileiros estão morando nas cidades, são aproximadamente 120 milhões de pessoas vivendo e sobrevivendo em núcleos urbanos e 35 milhões no campo. Os 543 municípios mais populosos representam apenas 12,1% dos municípios brasileiros, mas concentram 61,2% da população do país.⁵⁸ É um fato de que grande parte dos problemas urbanos se relacionam com a migração campo-cidade.

As pessoas que vivem nas cidades dificilmente voltarão para o campo sem garantias de uma vida melhor. Este é um quadro difícil de reverter, dado que a deteriorização da qualidade de vida nas regiões de origem das pessoas que migraram e a concentração crescente de terra por falta de uma política agrícola e agrária justa, continuam a produzir uma realidade extrema de miséria e de fome. Para agravar ainda mais a situação, na cidade a valorização e especulação do solo urbano e a infra-estrutura habitacional precária, o desemprego ou subemprego

atingindo os limites da sobrevivência, fazem a qualidade de vida do meio urbano se arruinar em ritmo alarmante, com a multiplicação de cortiços e favelas, sem as condições mínimas de se poderem considerar moradia. As estimativas do déficit habitacional, no país, variam de 8 a 14 milhões de residências, dependendo do critério para calculá-lo.⁵⁹ Este mesmo fenômeno ocorre em todas as grandes cidades da América Latina.

Os movimentos populares, na década de 70, aparecem com caráter reivindicatório e de denúncia das péssimas condições de vida da população: Ausência de saúde, educação, trabalho e moradia. Passam a ter um papel importante na intensificação da luta pela ampliação dos direitos de cidadania e a própria democratização da sociedade. A Igreja participa, com seu testemunho, através das CEBs, tornando-se espaço de organização dos movimentos e integrando-se a eles na busca de soluções.

Na década de 80, a crise econômica e o desemprego tornaram ainda mais dramática a situação da moradia dos trabalhadores. Impossibilitados de pagar aluguéis, vítimas de despejos e de reintegrações violentas, ficando "à margem" do mercado formal da terra

e da moradia, os trabalhadores se organizam e mobilizam em busca de alternativas de habitação. A questão da moradia conseguiu mobilizar uma parcela considerável da população carente de recursos e de possibilidades para uma vida digna.⁶⁰

Aparecem as ocupações que, embora não podendo constituir-se o caminho normal de solução para a moradia, são uma resposta dos pobres, ao lado de quem se coloca a Igreja, que profetiza como Isaias: "Construirão casas e nelas habitarão, plantarão vinhas e comerão seus frutos" (Is 65,21). Esta esperança no Deus da vida animou e uniu o povo pobre e a prática fez as ocupações adquirirem características de ação grupal organizada, como derradeira esperança de solução de um problema constantemente adiado pelas autoridades. Elas se tornam expressão da consciência de um direito fundamental e sinal de uma situação de carência extrema e insustentável.

A pastoral da moradia surge da necessidade de uma ação caritativa organizada e com implicações políticas dentro das cidades. A partir das CEBs, o povo sem-teto ou em condições precárias de habitação se organiza nos movimentos populares para que seja

57. Cf. Manual da CNBB: CF-93 - Fraternidade e Moradia, p.29

58. Cf. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), in *Jornal do Brasil*, 03/11/91

59. Cf. "Problema Habitacional", in: *Revista Polis*, nº 4, 1991, p.3

60. Cf. Manual da CNBB, Op. cit., p.55

assegurado o atendimento às necessidades básicas do ser humano. Assim, surgem importantes experiências de construção de casas em regime de mutirão, por vontade e iniciativa dos próprios participantes.⁶¹

O "Movimento dos sem-terra" (MST), nascido da articulação das lutas pela terra que ocorreram de forma isolada no Sul do país a partir de 1978 afirma, em seus objetivos, a necessidade de se articular com os trabalhadores da cidade. A reforma agrária é sua bandeira na luta pela terra e pela transformação da sociedade. Hoje conta com milhares de famílias organizadas em acampamentos e assentamentos, em 19 estados do Brasil, tendo muitas delas deixado as grandes cidades. O lema do Movimento continua sendo "Ocupar, Resistir e Produzir", intensificando-se a organização da produção e da comercialização através do Sistema Cooperativista dos Assentamentos.⁶² A integração "Campo-Cidade" está envolvendo pessoas de ambos os lados na mesma missão. Nas cidades, os núcleos dos "sem-terra" procuram organizar grupos de famílias em

vista de futuros assentamentos no campo. As CEBs têm ação importante na comercialização dos produtos agrícolas vindos das cooperativas desses assentamentos e na intensificação do apoio para solucionar novos desafios.⁶³

Enquanto os projetos governamentais de reforma agrária permanecem adormecidos, os pobres dão passos importantes na busca de soluções. O sofrimento é grande, mas o sangue daqueles que tomam nesta luta faz renascer as forças dos que vêem estar perto a "terra prometida", para nela trabalhar e morar.

A integração "Campo-Cidade" está dando seus primeiros passos, tendo como objetivo o apoio aos assentamentos (ajudar pessoas a voltarem para o campo). Mas, desde já, mostra um dos rumos que ajudam a minorizar o sofrimento e carência extrema da grande maioria da população com respeito à moradia, sem perder de vista uma solução estrutural do problema, que engloba questões mais amplas como a valorização da pessoa humana, democratização na distribuição da terra, relações justas na organização do trabalho com

participação efetiva dos trabalhadores, dos frutos da produção e transformação do sistema de mercado que vise a vida para todos.

1.3. A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS⁶⁴

O discurso sobre os direitos humanos exige uma distinção entre a teoria e a prática. Teoricamente todos os países tem aderido à Declaração Universal da ONU. Neste nível, a sociedade chegou a uma situação de reconhecimento, aceitação e promulgação dos Direitos Humanos.

O problema se apresenta na prática. Reconhece-se que a pessoa têm direitos, mas não o dever de respeitá-los. Assinam-se declarações e violam-se os direitos nelas contidos. Uma coisa é proclamar os direitos humanos e condenar a tortura em geral, e outra é respeitar esses direitos nas pessoas concretas. Assim, os organismos de Direitos humanos tem adotado uma postura de defesa; de denúncia, de vigilância, nas situações do dia a dia.

O trabalho pelos direitos humanos, não é mais a busca da promulgação ou aceitação teórica de princípios universais. É, sim, a defesa de direitos de pessoas em situações particulares. O desafio que hoje encaramos é o fato de existirem milhares de pessoas,

que no dia-a-dia estão sendo atropeladas nos seus direitos. Estas pessoas precisam ser defendidas, porque diante da situação de dor, de injustiça e de opressão, não basta responder declarando princípios universais e teóricos. Defender estes direitos significa uma tomada de posição realista. A defesa dos direitos humanos, na prática, é a defesa dos pobres e dos opositores.

Os que pertencem ao sistema e pensam como ele são protegidos e defendidos. Os seus direitos são violados só quando saem do sistema ou quando deixam de ser úteis a ele, convertendo-se em opositores ou em *bodes expiatórios*. Os opositores, por sua vez, são perseguidos e os seus direitos são violados constantemente; tachados de subversivos, de suspeitos, de destabilizadores da ordem, perigosos para a segurança da nação. Por isso, defender os direitos humanos é defender os direitos dos pobres e dos opositores. Defendem-se os direitos humanos quando são defendidos os direitos de quem não têm direito nenhum. Aquele que quiser defender os direitos humanos, deverá aceitar também o fato de estabelecer uma situação de conflito e de correr riscos.

Por isso, a Igreja assume o compromisso do testemunho; O autêntico seguidor de Jesus Cristo está

61. Na zona Leste de São Paulo, por exemplo, situa-se o mutirão da Fazenda da Juta, iniciado em Janeiro de 1991 e provavelmente concluído em 1994, para albergar 561 famílias.

62. Cf. Agenda do MST-1992

63. Na Região Episcopal Belém, em São Paulo, a maior parte da coleta da CF-93, sobre a moradia, foi destinada à criação de uma cooperativa nos assentamentos de Itapeva, a 280 Km de São Paulo. Atualmente vários setores da Região estão articulando a comercialização do feijão que aí é cultivado e organizando grupos de pessoas para visitar e conhecer a realidade dos assentamentos no campo.

64. Tomado basicamente do Documento *Derechos Humanos - 2º aniversario del CODEHUCO* (Comité de Derechos Humanos de Comalcalco), Comalcalco, Tab., 1992, Mimeografado.

comprometido, por fidelidade a Ele e ao seu Evangelho, a ultrapassar os interesses e os medos e ser a voz dos que não têm voz. O conteúdo da fé, a pessoa de Jesus e a pessoa dos seus autênticos seguidores indicam-nos, claramente, o caminho a seguir e o compromisso a ser assumido. Já no Antigo Testamento descobrimos que Deus e seu povo tomam postura bem concreta ao lado dos que estão sendo impedidos nos seus direitos. A atenção às necessidades vitais dos estrangeiros, dos órfãos e das viúvas é um estribilho repetido constantemente. Nesse sentido, Deus torna-se fiel vigilante da sua realização. Defende-se, concretamente, a situação do assalariado: "Não explore um assalariado pobre e necessitado... pague-lhe o salário a cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e sua vida depende disso. Assim, ele não clamará a Javé contra você" (Dt 24,14-15). Defende-se a situação concreta dos que, empurrados pela necessidade, devem penhorar o mais necessário pela vida: o manto deve ser devolvido ao pôr-do-sol porque é a única coisa que ele têm para se cobrir; e não se deve tomar como penhor a mó do moicano, porque seria tomar a vida mesma como penhor (Dt 24,6-13). Ou, então, são denunciados con-

cretamente aqueles que "deitados na cama, ficam planejando a injustiça e tramando o mal! É só o dia amanhecer, já o executam, porque têm o poder em suas mãos." (Mq 2,1-2). Os "exploradores do necessitado, opressores dos pobres do país!... os que ficam maquinando... para diminuir as medidas, aumentar o peso e viciar a balança, para comprar os fracos por dinheiro, o necessitado por um par de sandálias, e vender o refugio do trigo" (Am 8,4-6).

Jesus assumiu uma postura muito clara. Fez-se pobre com os pobres, solidarizando-se com os despojados. Foi conhecido como o amigo dos marginais, dos rejeitados pela sociedade, o amigo e defensor dos que não tinham direitos. Deve ser lembrado que o seu jeito de viver e falar, a sua atitude de denúncia, a sua luta pela justiça, provocaram fatos que o revelaram como agitador; inimigo de César; sofreu a prisão, a tortura e o assassinato, sendo ele inocente sofreu a sorte dos malfeitores. Foi o homem que se comprometeu com os despojados, que assumiu o conflito e colocou em risco a sua própria segurança e a sua vida até sofrer a morte.⁶⁵

Em tempos mais próximos a nós, basta-nos lembrar Oscar Romero, morto por defender a pessoa humana frente aos seus

adversários cruéis. Como ele, tantos cristãos tem perdido a vida na defesa dos direitos dos seus irmãos. Neste sentido devem ser nomeadas as Comissões "Justiça e Paz" nos diferentes países, assim como outras organizações não governamentais de direitos humanos, muitos de cujos membros tem sofrido o martírio nesta defesa.

1.4. A CAMPANHA DA FRATERNIDADE.

O testemunho se faz necessário onde o povo sofre, como nas condições indignas de vida, quando lhe são negadas as condições básicas para viver. Tudo o que reproduz a idolatria como poder opressor, lucro, consumismo, fraudes, corrupção, se opõe à vida e à fé, e exige testemunho.

Um projeto, uma pessoa ou uma campanha podem ser meios que denunciam tudo o que gera a morte e anunciam o que promove, defende e gera a vida. Estes instrumentos demonstram fidelidade à consciência cristã, pois testemunham a presença do Espírito de Deus no meio de uma sociedade.

A Igreja no Brasil tenta dar este testemunho perante às grandes carências que machucam o povo. Através da Campanha da Fraternidade (CF), como Jesus, a Igreja expressa sua compaixão para com os pobres e os que estão sendo ameaçados nas condições necessárias para vida; ela lembra e se coloca constantemente o ques-

tionamento fraterno: Onde está teu irmão? Apresenta-se, assim, a fraternidade como sinônimo de respeito à vida e luta pela realização das suas condições indispensáveis. Por isso, a CF aparece como um meio de dar testemunho hoje.

No início da CF, os temas procuravam conscientizar sobre a vivência comunitária e a responsabilidade dos cristãos na Igreja e no mundo à luz da "Lumen Gentium". Isto aparece claramente nos temas das campanhas e seus respectivos lemas. Assim, a campanha "Igreja em Renovação" com o lema: Lembre-se, você também é Igreja; ou "Paróquia em Renovação" e o lema: Faça de sua Paróquia uma comunidade de fé, culto e amor; ou também "Fraternidade" e: somos responsáveis uns pelos outros; encontramos a campanha "Co-responsabilidade" com o lema: Somos todos iguais, somos todos irmãos; e "Doação" com: Crer com as mãos. Também aparecem os temas da "Participação" "Reconciliação", "Serviço e Vocação".

Após a primeira fase de ajustamento das situações internas da Igreja, foram emergindo problemáticas como: pobreza, violência, família, saúde, educação, terra, minorias étnicas, migrantes, menor abandonado, dignidade do homem e da mulher, mundo do trabalho, juventude, e, finalmente, moradia. São situações sociais e problemas humanos, onde o testemunho da

65. Cf. Etcheagaray, H.: Op. cit., cap. II e III, pp. 49-109

Igreja é exigido. Tais clamores emergem da vida do povo e clamam por justiça e solidariedade. É diante dessas situações emergentes que o testemunho martirial deve ser oferecido. A CF quer assumir esses gritos, somar-se aos sofrendores como modo de testemunhar o Cristo e sua causa com as preocupações de vida digna para todos; quer denunciar, profeticamente, o sistema que gera a "não-vida" para o povo; quer converter o homem à fraternidade, a maneira de ser e reaprender a virtude cristã *parresia*; lutar por uma nova ordem moral, social, política, religiosa e cultural, onde o homem seja valorizado como pessoa digna.

A CF descobre, publica, denuncia, processa e julga as condições de "não-vida" em que se encontra o povo e convoca os homens de boa vontade a transformar tal situação; a ter participação na resposta à pergunta: onde está teu irmão?

O progresso tem sido uma busca "cega" às vezes, e interessada outras, das autoridades que acabam criando leis ou emendas que possibilitam certos projetos onde o lucro é a meta; como dizia Tertuliano, "o que valoriza a lei, não é a autoridade que a faz, mas o que a le-

galiza é a justiça, a equidade da lei; a lei não pode estar acima da verdade e eliminar quem faz o bem". Diante desta situação, a defesa da vida e suas condições são alvos centrais da C.F. Quando o amor à vida não é motor do progresso, este torna uma arma contra o próprio homem; então é preciso denunciá-lo.

Enfim, o testemunho da Igreja refletido na C.F. quer ser um grande sinal de solidariedade, justiça e esperança de que o homem brasileiro e Latino Americano precisam. O grito ensurdecido da massa carente não pode ser ignorado pela Igreja que acredita no Evangelho e do qual deve dar testemunho perante o mundo.

1.5. AS CEBs, TESTEMUNHO NO MEIO DO POVO

"Acreditamos que as CEBs significam uma historicização do projeto de Jesus (a construção do Reino)"⁶⁶ e, por isso, são um testemunho forte do Deus da vida no meio das situações de morte dos pobres. De fato, as mais ricas experiências se encontram quando seus integrantes são contados entre aqueles que não têm vez nem voz ativa nas decisões impostas para o seu futuro.⁶⁷ "A CEB é uma comunidade, com uma clara iden-

tidade eclesial, construída na base, quer dizer, num bairro, numa aldeia, numa fazenda, numa escola, numa comunidade étnica, num movimento social etc. Não se trata da base da Igreja, mas de uma base geográfica, social e política. Os cristãos se organizam como CEB para viver, confessar, comunicar, refletir e celebrar comunitariamente sua fé numa base determinada no meio do povo dos pobres ou do movimento popular, que é o povo em movimento."⁶⁸ Recupera-se o potencial evangelizador dos pobres (Puebla 1147).

Isto constitui um elemento-chave que é a participação de homens e mulheres como sujeitos históricos. Nas CEB todos podem participar, mas de um modo especial os que sempre foram marginalizados. Esta participação se dá sob forma original, criando na Igreja uma nova linguagem, uma nova simbologia, um novo ritmo, novas formas litúrgicas, novas orações, novas releituras bíblicas, novas reflexões teológicas, novos ministérios. É uma participação que parte da própria identidade cultural, religiosa, étnica e racial dos oprimidos. Ao valorizar elementos da cultura popular está se afirmando esta cultura em oposição à cultura dominante. Isto é realmente importante se lembramos

que o sistema é totalizante e totalitário, e que a antiutopia das elites se faz pela condenação à morte da utopia dos pobres. Nas CEBs, a Igreja assume a "lógica das maiorias" que é a lógica da vida e da justiça. "A partir da perspectiva dos pobres, dos oprimidos, das maiorias, perguntamo-nos o que é o mais lógico, o mais racional, o mais verdadeiro, bom e belo."⁶⁹

Assumindo esta lógica das maiorias, as CEBs oferecem três elementos essenciais diante do sistema. Em primeiro lugar, a exigência de vida para todos. Vida humana que significa concretamente: terra, trabalho, comida, saúde, casa, educação, meio ambiente, descanso, celebração. O lógico, racional, verdadeiro, bom e belo é vida para todos terem e não só para alguns. Assume-se a vida humana concreta como critério de racionalidade, como critério fundamental. Em segundo lugar, a afirmação do povo como sujeito da história, contradizendo a lógica do sistema onde o sujeito é o dinheiro, o mercado. A chave do progresso da história é o próprio povo dos pobres como movimento organizado, a capacidade criativa do povo, a participação. Em terceiro lugar, o resgate da identidade popular. Tudo o que identifica o povo como povo é essencial

66. De Andrade, W.C.: *Fundamentalismo e pentecostalismo: um enfoque desde América Latina*, São Paulo, 1993. Tese apresentada na Faculdade Nossa Senhora da Assunção para o mestrado em teologia dogmática. p. 132

67. Cf. Guimarães, R. A.: *Comunidades eclesiais de base*, Vozes, Rio de Janeiro, 1978, p.243

68. Richard, P.: *A Força Espiritual da Igreja dos Pobres*, Op. cit., p.20

69. *Ibidem*, p.74

na racionalidade popular: nacionalidade, cultura e religião. Rompe-se com a lógica racista, etnocêntrica, secularista, sexista e antinacional do sistema das elites dominantes. Nas CEBs, a Igreja pensa a própria identidade e a própria missão, utilizando esta lógica como instrumento racional.⁷⁰

As CEBs inauguram um modelo eclesial. Faz-se uma experiência profunda dos problemas vividos pelo povo pobre e ao mesmo tempo, buscam-se alternativas organizadas para reverter a situação. Procura-se *"tomar posição face aos problemas sociais e estruturais que afetam profundamente a vida da comunidade, como: justiça, exploração, pobreza, marginalização, participação, liberdade de palavra, de atos e de opções"*.⁷¹ Por isso, é tão importante para as CEBs a participação nos movimentos populares. O movimento popular não é apenas um espaço social e político, mas sendo também o lugar de encontro com Deus, adquire uma dimensão teológica. As CEBs discernem e celebram essa presença de Deus na história de libertação do povo, assim como fazia Israel, e a Igreja é construída a partir dessa experiência. Quando os cristãos comprometidos no movimento popular vão redescobrimo a presença de Deus na luta pela vida e pela justiça, e essa presença é celebrada e

refletida na comunidade, há um renascer da Igreja a partir da experiência básica e absoluta da presença de Deus nas lutas populares.

O compromisso libertador se fundamenta em Jesus de Nazaré, sua prática e seu apelo à construção do Reino a partir dos pobres. O forte das CEBs é fazer o relacionamento efetivo entre fé e transformação da realidade, a partir da descoberta de Deus como fonte de vida e defensor dos pobres. *"Quando o povo se levanta e se organiza contra os centros de poder, o faz sem atrair a sua consciência cristã ou religiosa. Os pobres lutam pela vida, por interesses econômicos e políticos, mas sua consciência está profundamente motivada por valores religiosos e cristãos."*⁷² As CEBs procuram organizar e dar corpo visível à força espiritual dos pobres que lutam pela vida e pela justiça. A participação dos cristãos no movimento popular é uma "insurrección espiritual e evangélica" da qual renasce a Igreja como Igreja dos pobres, como resposta dos mais pobres e oprimidos ao Deus que quer que todos tenham vida em abundância.

"Há um fato inegável: a imensa rede de comunidades cristãs de base que abrange, um pouco por toda parte, todo o Continente latino-americano. Isso têm um valor histórico e sociológico. Mas

*há também o fato teológico: estas comunidades são constituídas pela fé, em torno da Palavra de Deus, providas de diferentes ministérios, marcadas pela solidariedade entre seus membros, animadas de espírito de serviço ao mundo e ao submundo, portadoras de esperança indestrutível na força libertadora do Espírito que se mostra como Pai dos pobres."*⁷³ A presença testemunhal das CEBs, sua inserção política, sua maneira de ser pobre junto com os pobres, consiste em viver em comunidade e prestar um serviço libertador ao mundo. Essa ação libertadora deve ser um compromisso capaz de lutar pela justiça, antecipando e realizando o Reino de Deus que se encontra autenticamente presente em todas as dimensões da realidade humana.⁷⁴ Aponta para a novidade da Igreja dos pobres, que quer ser *"amplamente ministerial, que se coloca a serviço da organização popular e propõe a superação de todas as dependências, notadamente a econômica."*⁷⁵

2. PERSPECTIVAS

Diante da realidade cada vez mais grave dos povos da América Latina, uma afirmação tem que ser

feita: Há que se continuar dando o testemunho na luta pela vida em favor dos pobres. Porém, se o testemunho deve ser eficaz e produzir vida como o martírio de Jesus, surge uma pergunta: Onde e como este testemunho deve dar-se para conseguir uma superação da realidade de morte que encontramos? *"É possível uma alternativa? É possível uma sociedade para todos? Uma sociedade viável? Sem vítimas?"*⁷⁶ Alguns autores nos fornecem indicações preciosas:

Ferraro aponta duas linhas básicas a partir do testemunho-martírio de Jesus, dos mártires latino-americanos e do "martírio silencioso" do povo, para a perspectiva do futuro. A primeira linha é a "não sacralização da paixão de Jesus e da morte dos mártires" com o conseguinte "desocultamento da violência contra os pobres." As mortes não devem ser mitificadas, idolatrizadas ou fetichizadas. Não se pode escamotear a terrível realidade dessas mortes nem minimizar a injustiça cometida. Não se pode culpabilizar às vítimas ou dulcificar o martírio através de um falso triunfalismo. Devem ser mostradas as causas históricas da morte-assassínio de Jesus e

70. Ibidem, pp. 74-76

71. Guimarães, R. A.: Op. cit., p.246

72. Cfr. Richard, P.: Op. cit., p. 38

73. Boff, L.: "A Igreja dos Pobres existe", in: Richard, P.: Op. cit., p. 9

74. Cf. Matos, H. J.: CEBs, uma integração para o ser cristão hoje, Paulinas, São Paulo, 1985, p. 119

75. De Andrade, W.C.: Fundamentalismo e pentecostalismo: um enfoque desde América Latina, São Paulo, 1993. p. 133

76. Ferraro, B.: Op. cit., p.84

dos mártires, assim como do extermínio-exclusão dos pobres. Deve-se manter a dimensão de denúncia, de revelação da violência contra o pobre, de desmascaramento dos mecanismos sacrificiais do sistema de morte, que des-sacraliza a ordem estabelecida.

A segunda linha aponta para a "recriação da esperança", suscitando a certeza de que a morte não têm a última palavra sobre a história. É a graça experimentada como possibilidade de vida a partir da solidariedade e da partilha. Tendo como ponto de partida as atitudes dos pobres deve-se refazer o tecido social, elaborar propostas para um projeto social alternativo e reconstruir a sociedade em base solidária; uma sociedade estruturada de tal modo que possa satisfazer as necessidades básicas de todos, onde os pobres possam participar econômica, política, cultural e espiritualmente como sujeito construtor, a partir dos valores vividos em comunidade: partilha, solidariedade, acolhida, não exclusão. Isto requer a criação do novo homem e da nova mulher, comprometidos com os pobres, construtores de uma ordem de justiça, respeitadores da natureza, movidos pelo amor e abertos à esperança e à alegria. Muito concretamente, aponta para o perdão da dívida externa como proclamação do ano da graça do Senhor.⁷⁷

77. Ferraro, B.: Op. cit., pp. 83-96

Por sua parte, Julio de Santa Ana constata a dificuldade para escapar da ambigüidade que encontram os movimentos anti-sistêmicos, desde que seja muito difícil sair do mercado que está por toda parte; e também porque não lhes é permitido expressar-se livremente. Assim, somente fica para eles o recurso à ambivalência e à luta contra o sistema, desde dentro do mesmo, para debilitá-lo e abrir caminhos alternativos.

Este empenho se dá primeiro na resistência às violações dos direitos humanos, defendendo e promovendo os direitos que o sistema não reconhece, e ampliando, assim, o espaço de liberdade. Outra forma de resistência é não permitir ser dominados pelo espírito de competitividade que o sistema quer impor. Se a competitividade exclui, a solidariedade inclui; se a competitividade se alimenta da agressão e do ressentimento, a solidariedade se nutre do companheirismo que une. A prática da solidariedade com as vítimas da injustiça e com aqueles que lutam contra ela é uma forma de resistência. Por outra parte, os movimentos anti-sistêmicos devem evidenciar as incoerências do sistema. O sistema pretende ser intrinsecamente bom e diante dessa manifestação de autojustificação, deve ser denunciada claramente a

injustiça essencial do capitalismo, o seu espírito agressivo e de sacrifício; mostrar as suas limitações: não quer nem pode resolver o problema da pobreza, não quer respeiatar a integridade do meio ambiente, transforma em meios os aspectos fundamentais da vida.

Os movimentos anti-sistêmicos devem expressar os interesses dos novos sujeitos sociais e constituir o embrião de um novo tecido social. Deve-se promover uma sociedade civil forte mais autônoma com relação à estrutura política e mais resistente aos interesses dos poderes econômicos. A força da sociedade civil é condição para o exercício da democracia já que permite aos organismos públicos não governamentais canalizar as expressões dos interesses populares e influir na ação do Estado para que imponha limites à agressividade invasora do poder econômico. E surge como imperativo a necessidade de elaborar um projeto alternativo de sociedade caracterizado pela participação em lugar da exclusão, pela afirmação da vida melhor para todos em vez da exigência de sacrifício dos marginalizados, e por um tipo de desenvolvimento econômico que dê prioridade ao desenvolvimento coletivo e não ao lucro das minorias. É preciso, também, manter o reconhecimento da utopia do socialismo como expres-

são de fé oriunda de alguns seres humanos que acreditam ser possível haver um mundo melhor.⁷⁸

Já, Comblin, afirma que os pobres nem sempre foram pobres, são pobres porque foram despojados pelos poderosos; eles formavam uma sociedade mais humana e guardam a lembrança de um passado melhor. Sabem que a sua condição não responde a uma necessidade física, mas a um desígnio perverso dos seus dominadores. Os pobres guardam um projeto histórico que é oposto ao modelo instituído e defendido pelos dominadores; conservam um projeto de libertação. O poder somente se mantém conseguindo destruir essa memória na consciência dos vencidos. Daí que o papel da Palavra de Deus consiste justamente em preservar o projeto de libertação contra as tentativas de destruição por parte dos vencedores. Esse projeto de sociedade sem dominação inclui a Koinonia (2Cor 8,4; 9,13), a Isotes (2Cor 8,13-14) e a Autarkeia (2Cor 9,8). Cada um terá o suficiente e assim se restaurará a igualdade primitiva numa verdadeira comunidade.

Este projeto dos pobres é considerado por muitos como arcaico e utópico porque se inspira em realizações anteriores à fase realizada pelos dominadores. Também o projeto de Jesus era prodigiosa-

78. Santa Ana, J.: "Os pobres e o novo sistema econômico mundial", op. cit. pp. 60-65

mente arcaico se comparado com a sociedade romana de seu tempo. Mobilizava, porém, energias latentes e perdidas dos povos oprimidos e estas poderiam desafiar o sistema. Os povos oprimidos somente podem ter projetos arcaicos já que não tiveram oportunidade de desenvolvê-los. Porém, o retorno ao arcaísmo é uma involução da evolução que se quer corrigir; os pobres não podem progredir em continuidade com o projeto dos dominadores. O projeto também é utópico, como foram as promessas dos profetas e o anúncio do Reino. Mas o irrealismo da utopia não é total, pois levanta energias ocultas que os pobres não quiseram entregar aos seus dominadores. O sonho destes consistiu sempre em colocar ao serviço da sua expansão todas as energias dos vencidos, mas estes põem a sua astúcia em esconder a maior parte possível das suas possibilidades. Essa astúcia encontra apoio e refugio na utopia. A utopia não se realizará tal qual, mas graças a ela os pobres salvam uma parte da sua força, o que lhes permite suscitar um projeto alternativo.

Dentro dessas forças ao serviço da utopia está a resistência como negação de colaborar ou como condições para colaborar, conseguindo concessões, ampliando es-

paços, enfraquecendo o sistema ou impedindo, pelo menos, a sua consolidação. Também se encontram nessas forças as formas anti-gas de associação da qual é herdeira, a capacidade de formar redes semiclandestinas de uma sociedade paralela; uma subcultura. Os impérios caem e os laços comunitários arcaicos dos pobres os ajudam a existir; como povo que reconquista maior independência. A força da associação os ajuda a sobreviver na espera de situações mais favoráveis, até que as relações de força tenham mudado. A solidariedade dos pobres é capaz de manter uma sociedade paralela irreduzível. Devem também ser aproveitadas as fraquezas, as lutas e as rivalidades entre os impérios.⁷⁹

Para Milton Schwantes tem que ser trabalhada toda uma nova antropologia na perspectiva dos empobrecidos, mediadores da libertação da terra. A Bíblia reivindica que devemos entender os empobrecidos de terra e pão como decifreadores da antropologia. Em Jesus nos é dada a plenitude deste desvendamento a partir dos crucificados. Uma antropologia bíblica deste tipo traria contribuições muito valiosas para as comunidades de hoje.⁸⁰

Enfim, para Assmann e Hinkelammert é necessário recuperar a

força interpeladora dos martírios objetivos, a morte dos pobres, num mundo como o nosso; assim como aprender as lições que os pobres têm para nos comunicar quando nos associamos às suas organizações e movimentos. Na discussão acerca da articulação dos critérios econômicos, é necessário não se deixar enredar pela eterna cobrança imediata acerca do falso dilema: ou mercado, ou planificação. Antes de entrar na discussão do "quanto mercado" ou "quanta planificação" requer-se uma fonte de critérios mais básicos, que se referem as opções políticas relacionadas com valores. Como cerne ou núcleo dos critérios devem figurar a produção social da vida real e concreta, o elemento físico da vida e o caráter histórico das necessidades humanas.

Também é necessário lembrar que a participação econômica exige a participação política, já que o sujeito econômico só se viabiliza como sujeito político. Por isso, a questão do Estado, o balançamento entre a planificação e o mercado só é discutível e defi-

nível através da discussão prévia sobre as formas de participação política e sua relação ativa com as instituições do poder em todos os seus aspectos.⁸¹

Podemos terminar dizendo que **"os pobres, enquanto atores e sujeito histórico do movimento popular, são a única força capaz de recriar, reinventar o humano na história e, do ponto de vista da fé, os únicos a reintroduzirem Deus na história. A partir dos pobres temos chance da produção e reprodução da vida dos seres humanos e da natureza, da criação e recriação do humano na história, como também da reintrodução da presença de Deus na história."**⁸² Eles são, portanto, a "riqueza da Igreja" e suas testemunhas mais eloqüentes.

Este texto foi produzido por José Amaral Boaventura, Raimundo Edmilson Rodrigues, Rodolfo de Jesús H. Celada, Sebastião da Silva, Manoel do Carmo Silva Campos e Juan Bosco Monroy Campero, sob a orientação do professor Pe. José Adriano, como resultado de um seminário realizado na Faculdade de Teologia N.S. da Assunção, no 1º semestre de 1993.

79. Comblin, J.: "Os Pobres como Sujeito da História", in: Ribla 3: A Opção pelos pobres como critério de interpretação, Vozes/Metodista/ Sinodal, Petrópolis/São Paulo/S. Leopoldo, 1989/1, pp. 41-44

80. Schwantes, M.: "Formou a gente do pó da terra", op. cit.

81. Assmann, H. - Hinkelammert, F.: Op. cit., 413-455

82. Ferraro, B.: *Cristologia em tempos de ídolos e sacrifícios*, Op. cit., p.88